



EDITAL Nº 78 /2020

--- Luís Manuel Abreu de Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Azambuja, torna públicas, de acordo com as disposições do art.º 56º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Azambuja, realizada no dia 22 de setembro. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

--- A Ata de 16 de junho de 2020 foi aprovada por unanimidade. -----

--- A Ata de 26 de agosto de 2020 foi aprovada por unanimidade. -----

----- **EXPEDIENTE** -----

--- **1. Proposta 81/P/2020 – Alteração da Estrutura Nuclear e Flexível dos Serviços do Município** -----

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando que: -----

--- a atual estrutura e organização dos serviços municipais foi aprovada na sessão ordinária de 27 de junho de 2019, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 18 de junho de 2019, e publicada através do Despacho n.º 6719/2019, no Diário da República, 2.ª série, n.º 142, de 26 julho de 2016; -----

--- de acordo com o preceituado no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, “A organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo”; -----

--- o Município tem como uma das prioridades estratégicas a modernização da administração municipal, visando uma melhor prestação de serviços aos cidadãos, consubstanciada no princípio da qualidade, eficiência e eficácia, de forma a contribuir para a melhoria das condições de exercício da sua missão; -----

--- se mostra necessário atualizar e adequar a Estrutura e Organização dos Serviços Municipais à planificação das atividades e aos recursos a elas afetos, na área das empreitadas, infraestruturas e obras municipais, espaços verdes, ambiente e serviços urbanos, face ao aumento significativo do peso destas áreas na orgânica do Município, com reflexos na área da contratação pública, e à crescente preponderância da área do ambiente; -----

--- se mostra ainda necessário atualizar e adequar a Estrutura e Organização dos Serviços Municipais à planificação das atividades e aos recursos a elas afetos, nas áreas da Educação, Saúde e Ação Social; Desporto e Juventude; Cultura, Turismo e Associativismo; Comunicação; e Rede de Bibliotecas, Museu e Património Cultural, tendo em vista garantir da melhor forma a concretização de princípios fundamentais como o da prossecução do interesse público, do dever da decisão célere e da colaboração do Município com os seus municípios; -----

--- a complexidade do processo de transferência de competências para as autarquias locais, cuja lei quadro, aprovada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, confere à Câmara uma complexidade de funções e responsabilidades que importa assegurar; -----

--- nos termos do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na redação atual, conjugado com o disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a aprovação do modelo de estrutura orgânica e da estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares, bem como o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas; -----

--- tendo por base os pressupostos acima expostos, foi aprovada na reunião de 28 de julho p.p., através da Proposta n.º 64/P/2020, a submissão à Assembleia Municipal de Azambuja, para aprovação, a alteração da Estrutura nuclear e flexível dos Serviços do Município, anexo à referida Proposta; -----

--- que a referida proposta ainda não foi submetida para aprovação da Assembleia Municipal e que se verifica a necessidade de efetuar alterações à mesma. -----

--- Propõe-se, por todo o exposto, que a Câmara, ao abrigo das competências supramencionadas, delibere:--

--- 1) Revogar a Proposta n.º 64/P/2020, aprovada a 28 de julho de 2020; e -----



--- 2) Submeter à Assembleia Municipal de Azambuja, para aprovação, a alteração da Estrutura nuclear e flexível dos Serviços do Município, nos termos do documento que se anexa à presente proposta, e que dela faz parte integrante.-----

--- Projeto de alteração ao Despacho n.º 6719/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 142, de 26 de julho de 2019-----

--- ESTRUTURA NUCLEAR E FLEXÍVEL DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE AZAMBUJA -----

--- Nota Justificativa -----

--- A estrutura nuclear e flexível dos Serviços do Município de Azambuja, aprovada por deliberação da Assembleia Municipal, na sessão ordinária de 27 de junho de 2019, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 18 de junho de 2019, foi publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 142, de 26 de julho, através do Despacho n.º 6719/2019.-----

--- De acordo com o preceituado no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, "A organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo."-----

--- O Município tem como uma das prioridades estratégicas a modernização da administração municipal, visando uma melhor prestação de serviços aos cidadãos, consubstanciada no princípio da qualidade, eficiência e eficácia, de forma a contribuir para a melhoria das condições de exercício da sua missão.-----

--- Nestes termos, tendo em consideração o processo de transferência de competências da Administração Central em curso, a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados e os eixos prioritários definidos pelo Município e o reforço das políticas de proximidade com os municípios, procedeu-se, através das deliberações acima citadas, à atualização da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais.-----

--- Volvido um ano, mostra-se necessário proceder a uma melhor adequação da estrutura definida, tendo em vista garantir da melhor forma a concretização de princípios fundamentais como o da prossecução do interesse público, do dever da decisão célere e da colaboração do Município com os seus municípios.-----

--- Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, a aprovação do modelo de estrutura orgânica e da estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares, bem como o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas.-----

--- Assim, ao abrigo do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, da alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/20013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na redação atual, é aprovada a alteração da Estrutura Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Azambuja.-----

--- Artigo 1.º -----

--- Objeto -----

--- O presente diploma procede à alteração da Estrutura Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Azambuja, aprovada por deliberação da Assembleia Municipal, na sessão ordinária de 27 de junho de 2019, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 18 de junho de 2019, e publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 142, de 26 de julho, através do Despacho n.º 6719/2019.-----

--- Artigo 2.º -----

--- Alteração -----

--- São alterados os artigos 1.º, 4.º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11.º, 12º e 13º do Despacho n.º 6719/2019, de 26 de julho de 2019, que passam a ter a seguinte redação:-----

--- «Artigo 3.º -----

--- 1. [...]-----

--- 2. Para efeitos do número anterior, os serviços municipais organizam-se da seguinte forma:-----

--- a) Estrutura nuclear — 2 (dois) departamentos municipais, dirigidos por um diretor de departamento, cargo de direção intermédia de 1.º grau;-----

--- b) Estrutura flexível:-----

--- i.11 (onze) unidades orgânicas flexíveis — divisões municipais, criadas e alteradas por deliberação da Câmara Municipal, dirigidas por chefe de divisão, cargo de direção intermédia de 2.º grau;-----

--- 11. 1 (uma) unidade orgânica flexível de nível inferior — unidade técnica, integrada em Divisão Municipal, dirigida por titular de cargo de direção intermédia de 3.º grau, designado por Coordenador de Unidade;-----

22 setembro 2020



--- iii. [...]-----

--- iv. [...]-----

--- 3. [...]-----

--- Artigo 4º-----

--- Unidades Orgânicas Nucleares-----

--- A estrutura nuclear dos serviços do Município de Azambuja é composta por 2 (dois) departamentos municipais - o Departamento Administrativo e Financeiro e o Departamento de Infraestruturas, Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos, dirigidos por diretor de departamento, correspondente a cargo de direção intermédia de 1.º grau.-----

--- Artigo 5º-----

--- 1. [...]-----

--- 2. (Revogado)-----

--- 3. O Departamento enquadra a ação das Divisões que o integram, no âmbito das suas áreas de intervenção e do quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços, bem como a ação do Gabinete de Informática e Transformação Digital.-----

--- Artigo 6º-----

--- [...]-----

--- [...]-----

--- A - [...]-----

--- 1) [...]-----

--- 2) Divisão Financeira:-----

--- i) Unidade Técnica de Contratação Pública e Aprovisionamento-----

--- 3) [...]-----

--- 4) [...]-----

--- 5) . [...]-----

--- l. (Revogado)-----

--- 6) Divisão de Ambiente, Espaços Verdes e Serviços Urbanos;-----

--- 7) Divisão de Intervenção Socioeducativa;-----

--- 8) Divisão de Desporto e Juventude;-----

--- 9) Divisão de Comunicação e Imagem;-----

--- 10) Divisão de Cultura, Turismo e Associativismo;-----

--- 11) Divisão de Património Cultural e Bibliotecas.-----

--- B - [...]-----

--- 1) [...]-----

--- 2) [...]-----

--- 3) [...]-----

--- 4) [...]-----

--- 5) [...]-----

--- 6) (Revogado).-----

--- Artigo 7º-----

--- [...]-----

--- A Divisão Jurídica e Administrativa tem como missão zelar pela legalidade da atuação do município, prestando assessoria jurídica, bem como promover a transversalidade articulada dos diferentes serviços municipais, garantindo o respetivo apoio técnico e administrativo, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços.-----

--- Artigo 8º-----

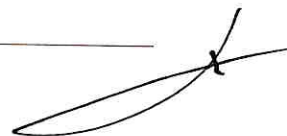
--- [...]-----

--- A Divisão Financeira tem como missão garantir o cumprimento das linhas estratégicas da gestão financeira, económica e orçamental do Município e assegurar a gestão do património e a contratação de bens e serviços, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços.-----

--- Artigo 9º-----

--- [...]-----

--- A Divisão de Planeamento Urbanístico tem como missão desenvolver e executar as políticas municipais no que respeita ao planeamento territorial, de acordo com a legislação e os instrumentos de gestão territorial, assegurar a conceção e a avaliação da execução dos planos de ordenamento do território e propor critérios



de gestão sustentável do território do Município, bem como a realização de estudos e o desenvolvimento de ações de planeamento, a recuperação e requalificação urbana e a habitação, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços.

--- Artigo 10º

--- [...]

--- A Divisão de Gestão Urbanística tem como missão desenvolver e executar as políticas municipais no que concerne à adequada ocupação do solo de acordo com a legislação e os instrumentos de gestão territorial, bem como assegurar as ações de gestão urbanística, cabendo-lhe desempenhar as funções inerentes ao controlo prévio das operações urbanísticas, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços.

--- Artigo 11º

--- [...]

--- A Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais tem como missão promover a conceção e construção de edifícios e infraestruturas municipais, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços.

--- Artigo 12º

--- Divisão de Ambiente, Espaços Verdes e Serviços Urbanos

--- A Divisão de Ambiente, Espaços Verdes e Serviços Urbanos tem como missão a melhoria da qualidade de vida da população do Município no que respeita ao ambiente, gestão integrada do espaço público e serviços urbanos, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços.

--- Artigo 13º

--- Unidade Técnica de Contratação Pública e Aprovisionamento

--- A Unidade Técnica de Contratação Pública e Aprovisionamento funciona na dependência da Divisão Financeira e atua nas áreas da contratação pública e do aprovisionamento, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços.»

--- Artigo 3º

--- Alteração ao Organograma

--- O organograma do Município, constante do Anexo I ao Despacho n.º 6719/2019, de 26 de julho, é alterado com a redação constante do Anexo I ao presente diploma, do qual faz parte integrante.

--- Artigo 4.º

--- Aditamento

--- São aditados ao Despacho n.º 6719/2019, de 26 de julho de 2019, os artigos 5º-A, 12º-A, 12º-B, 12º-C, 12º-D e 12º-E e 20º-A com a seguinte redação:

--- «Artigo 5º - A

--- Departamento de Infraestruturas, Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos

---1. O Departamento de Infraestruturas, Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos tem como missão promover a conceção, construção e manutenção de edifícios e infraestruturas municipais e a melhoria da qualidade de vida da população, no que concerne ao ambiente e gestão integrada do espaço público.

--- 2.O Departamento enquadra a ação das duas Divisões que o integram, no âmbito das suas áreas de intervenção e do quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços.

--- Artigo 12º - A

--- Divisão de Intervenção Socioeducativa

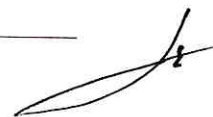
--- A Divisão de Intervenção Socioeducativa atua nas áreas da Saúde, Ação Social e Educação, tendo como missão promover, planear e executar as políticas municipais nos domínios da saúde, solidariedade e ação social, e assegurar a gestão dos equipamentos educativos e de saúde, com parâmetros de qualidade e inovação, tendo em vista a melhoria das condições da vida da população, a melhoria contínua do serviço público, a coesão social e o desenvolvimento educativo, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços.

--- Artigo 12.º-B

--- Divisão de Desporto e Juventude

--- A Divisão de Desporto e Juventude atua nas áreas de Desporto e Juventude, tendo como missão coordenar e promover as atividades de âmbito desportivo, bem como assim dinamizar a concretização da política municipal de juventude, incentivando a participação ativa dos jovens em todos os domínios da vida social, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços.

--- Artigo 12º -C



--- Divisão de Comunicação e Imagem ---

--- A Divisão de Comunicação e Imagem atua na área da Comunicação, tendo como missão assegurar e gerir a comunicação interna e a comunicação e a imagem institucional do Município, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. ---

--- Artigo 12º-D ---

--- Divisão de Cultura, Turismo e Associativismo ---

--- A Divisão de Cultura, Turismo e Associativismo atua nas áreas da Cultura, Turismo e Associativismo, tendo como missão promover, coordenar e apoiar as atividades de âmbito cultural e o desenvolvimento turístico do Concelho, bem como fomentar o associativismo, promover e apoiar as iniciativas das Coletividades e Associações do Concelho, nas áreas da animação cultural, desportiva, recreativa e de ocupação dos tempos livres, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. ---

--- Artigo 12º-E ---

--- Divisão de Património Cultural e Bibliotecas ---

--- A Divisão de Património Cultural e Bibliotecas atua nas áreas da rede das Bibliotecas, Museu e Património Histórico-Cultural, tendo como missão gerir, promover, preservar e salvaguardar o património histórico, cultural, artístico, arqueológico, bibliográfico, documental, etnológico e paisagístico do Concelho, bem como gerir os equipamentos histórico-culturais e a rede de bibliotecas municipais, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. ---

--- Artigo 20º -A ---

--- Estatuto remuneratório dos titulares de cargos de direção intermédia de 1º e 2º grau ---

--- 1. A remuneração dos titulares de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau é estabelecida em diploma próprio. ---

--- 2. Os titulares de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau têm direito a despesas de representação, no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, em conformidade com o disposto no artigo 24º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. ---

--- Artigo 5.º ---

--- Revogação ---

--- São revogados o n.º 2 do artigo 5º, a alínea i) do n.º 5 do ponto A e o n.º 6 do Ponto B do artigo 6º, os artigos 14º, 15º, 16º e 17º do Despacho n.º 6719/2019, de 26 de julho de 2019. ---

--- Artigo 6º ---

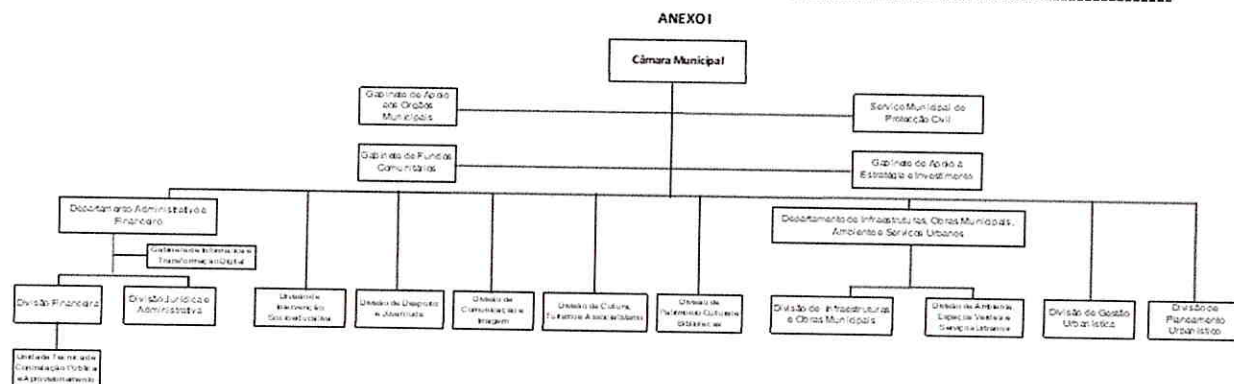
--- Republicação ---

--- É republicada, em Anexo ao presente diploma, do qual faz parte integrante, a Estrutura nuclear e flexível dos Serviços do Município de Azambuja, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 142, de 26 julho de 2016, através do Despacho n.º 6719/2019, com a redação atual. ---

--- Artigo 7º ---

--- Entrada em vigor e produção de efeitos ---

--- As alterações introduzidas entram em vigor a partir do dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República. ---



--- Anexo II ---

--- (a que se refere o artigo ---

--- Estrutura nuclear e flexível dos Serviços do Município de Azambuja ---

--- CAPÍTULO I ---



--- Estrutura Orgânica e Princípios Gerais ---

--- Da Estrutura Organizacional ---

---1. Os serviços municipais organizam-se segundo um modelo hierarquizado, constituído por uma estrutura nuclear fixa e uma estrutura orgânica flexível, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º e no artigo 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.

--- 2. Para efeitos do número anterior, os serviços municipais organizam-se da seguinte forma: ---

--- a) Estrutura nuclear — 2 (dois) departamentos municipais, dirigidos por um diretor de departamento, cargo de direção intermédia de 1.º grau; ---

--- b) Estrutura flexível: ---

--- i. 11 (onze) unidades orgânicas flexíveis — divisões municipais, criadas e alteradas por deliberação da Câmara Municipal, dirigidas por chefe de divisão, cargo de direção intermédia de 2.º grau; ---

--- ii. 1 (uma) unidade orgânica flexível de nível inferior — unidade técnica, integrada em Divisão Municipal, dirigida por titular de cargo de direção intermédia de 3.º grau, designado por Coordenador de Unidade; ---

--- iii. No âmbito das unidades orgânicas, podem ainda ser criadas, por despacho do Presidente da Câmara, até 10 (dez) subunidades orgânicas coordenadas por coordenadores técnicos; ---

--- iv. Estruturas de apoio, sem natureza de unidade orgânica, que funcionam na dependência direta do Presidente da Câmara ou do Departamento/Divisão Municipal no qual se insiram. ---

---3. Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, podem ser criadas, até ao máximo de 2 (duas), equipas de projeto. ---

--- Artigo 2º ---

--- Princípio do Planeamento ---

---1. A ação dos serviços municipais será enquadrada por planos ou estratégias de atuação globais ou sectoriais, previamente aprovados pelos órgãos autárquicos municipais, onde se definam de forma integrada e articulada as medidas e ações a empreender para o desenvolvimento sustentável do concelho e a melhoria das condições de vida das populações. ---

--- 2. Esses planos visam o estabelecimento de princípios e objetivos de trabalho, devendo ser desenvolvidos a todos os níveis de atuação, no sentido de serem sistematicamente avaliados os recursos disponíveis em ordem a afetá-los aos objetivos e metas de atuação municipal. ---

--- 3. Os serviços colaborarão com os órgãos municipais na formulação dos diferentes instrumentos de planeamento e programação, os quais, uma vez aprovados, serão vinculativos e deverão obrigatoriamente ser respeitados e seguidos na atuação dos serviços. ---

--- 4. Os planos anuais ou plurianuais de investimento, bem como os restantes planos e programas que se desenvolvam, deverão sistematizar objetivos e metas de atuação municipal e quantificarão o conjunto de ações e projetos que a Câmara Municipal pretenda levar à prática durante o período considerado, de acordo com as respetivas áreas funcionais. ---

--- Artigo 3º ---

--- Princípio da Gestão ---

--- A gestão municipal deve observar os seguintes princípios fundamentais: ---

--- a) Gestão por objetivos; ---

--- b) Planeamento, programação, orçamentação e controlo das atividades a desenvolver de forma permanente; ---

--- c) Desenvolvimento de um sistema de informação de gestão moderno e flexível; ---

--- d) Afetação preferencial e flexível dos recursos municipais às atividades a desenvolver; ---

--- e) Flexibilização estrutural em função das tarefas a realizar e da coordenação intra e interdepartamental permanente; ---

--- f) Controlo de execução das atividades e permanente avaliação do desempenho, tendo em conta objetivos de eficácia, eficiência, economia e qualidade; ---

--- g) Desconcentração progressiva de serviços e delegação de competências. ---

--- CAPÍTULO II ---

--- Estrutura Nuclear ---

--- Artigo 4º ---

--- Unidades Orgânicas Nucleares ---

--- A estrutura nuclear dos serviços do Município de Azambuja é composta por 2 (dois) departamentos municipais - o Departamento Administrativo e Financeiro e o Departamento de Infraestruturas, Obras



Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos, dirigidos por diretor de departamento, correspondente a cargo de direção intermédia de 1.º grau. -----

--- Artigo 5º -----

--- Departamento Administrativo e Financeiro -----

---1. O Departamento Administrativo e Financeiro tem como missão zelar pela legalidade da atuação do município, promover a transversalidade articulada e auditoria dos diferentes serviços municipais, prestando o respetivo apoio técnico, jurídico e administrativo, de modo a garantir a execução das linhas estratégicas da gestão financeira, económica e orçamental do Município, e contribuir para a prestação de um serviço eficaz, eficiente e de qualidade aos munícipes, visando a consolidação de uma administração acessível, transparente, responsável e participativa. -----

---2. (Revogado) -----

--- 3. O Departamento enquadra a ação das Divisões que o integram, no âmbito das suas áreas de intervenção e do quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços, bem como a ação do Gabinete de Informática e Transformação Digital. -----

--- Artigo 5º - A -----

--- Departamento de Infraestruturas, Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos -----

--- 1.O Departamento de Infraestruturas, Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos tem como missão promover a conceção, construção e manutenção de edifícios e infraestruturas municipais e a melhoria da qualidade de vida da população, no que concerne ao ambiente e gestão integrada do espaço público. -----

--- 2. O Departamento enquadra a ação das duas Divisões que o integram, no âmbito das suas áreas de intervenção e do quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----

--- CAPÍTULO III -----

--- Estrutura Flexível -----

--- Artigo 6º -----

--- Unidades Orgânicas Flexíveis e Outros Serviços -----

--- A estrutura flexível dos serviços do Município de Azambuja é composta por: -----

--- A – Unidades Orgânicas Flexíveis: -----

---1. Divisão Jurídica e Administrativa; -----

---2. Divisão Financeira; -----

--- i) Unidade Técnica de Contratação Pública e Aprovisionamento; -----

--- 3.Divisão de Planeamento Urbanístico; -----

---4. Divisão de Gestão Urbanística; -----

--- 5. Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais; -----

--- i) (Revogado) -----

--- b) Divisão de Ambiente, Espaços Verdes e Serviços Urbanos; -----

--- c) Divisão de Intervenção Socioeducativa; -----

--- d) Divisão de Desporto e Juventude; -----

--- e) Divisão de Comunicação e Imagem; -----

--- f) Divisão de Cultura, Turismo e Associativismo; -----

--- g) Divisão de Património Cultural e Bibliotecas. -----

--- B – Estruturas de Apoio: -----

---1. Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais; -----

--- 2.Serviço Municipal de Proteção Civil; -----

--- 3. Gabinete de Fundos Comunitários; -----

--- 4. Gabinete de Apoio à Estratégia e Investimento; -----

--- 5. Gabinete de Informática e Transformação Digital; -----

--- 6. (Revogado). -----

--- SECÇÃO I -----

--- Das Divisões Municipais -----

--- Artigo 7º -----

--- Divisão Jurídica e Administrativa -----

--- A Divisão Jurídica e Administrativa tem como missão zelar pela legalidade da atuação do município, prestando assessoria jurídica, bem como promover a transversalidade articulada dos diferentes serviços municipais, garantindo o respetivo apoio técnico e administrativo, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----



--- Artigo 8º ---

--- Divisão Financeira ---

--- A Divisão Financeira tem como missão garantir o cumprimento das linhas estratégicas da gestão financeira, económica e orçamental do Município e assegurar a gestão do património e a contratação de bens e serviços, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. ---

--- Artigo 9º ---

--- Divisão de Planeamento Urbanístico ---

--- A Divisão de Planeamento Urbanístico tem como missão desenvolver e executar as políticas municipais no que respeita ao planeamento territorial, de acordo com a legislação e os instrumentos de gestão territorial, assegurar a conceção e a avaliação da execução dos planos de ordenamento do território e propor critérios de gestão sustentável do território do Município, bem como a realização de estudos e o desenvolvimento de ações de planeamento, a recuperação e requalificação urbana e a habitação, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. ---

--- Artigo 10º ---

--- Divisão de Gestão Urbanística ---

--- A Divisão de Gestão Urbanística tem como missão desenvolver e executar as políticas municipais no que concerne à adequada ocupação do solo de acordo com a legislação e os instrumentos de gestão territorial, bem como assegurar as ações de gestão urbanística, cabendo-lhe desempenhar as funções inerentes ao controlo prévio das operações urbanísticas, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. ---

--- Artigo 11º ---

--- Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais ---

--- A Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais tem como missão promover a conceção e construção de edifícios e infraestruturas municipais, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. ---

--- Artigo 12º ---

--- Divisão de Ambiente, Espaços Verdes e Serviços Urbanos ---

--- A Divisão de Ambiente, Espaços Verdes e Serviços Urbanos tem como missão a melhoria da qualidade de vida da população do Município no que respeita ao ambiente, gestão integrada do espaço público e serviços urbanos, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. ---

--- Artigo 12º - A ---

--- Divisão de Intervenção Socioeducativa ---

--- A Divisão de Intervenção Socioeducativa atua nas áreas da Saúde, Ação Social e Educação, tendo como missão promover, planear e executar as políticas municipais nos domínios da saúde, solidariedade e ação social, e assegurar a gestão dos equipamentos educativos e de saúde, com parâmetros de qualidade e inovação, tendo em vista a melhoria das condições da vida da população, a melhoria contínua do serviço público, a coesão social e o desenvolvimento educativo, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. ---

--- Artigo 12º-B ---

--- Divisão de Desporto e Juventude ---

--- A Divisão de Desporto e Juventude atua nas áreas de Desporto e Juventude, tendo como missão coordenar e promover as atividades de âmbito desportivo, bem como assim dinamizar a concretização da política municipal de juventude, incentivando a participação ativa dos jovens em todos os domínios da vida social, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. ---

--- Artigo 12º - C ---

--- Divisão de Comunicação e Imagem ---

--- A Divisão de Comunicação e Imagem atua na área da Comunicação, tendo como missão assegurar e gerir a comunicação interna e a comunicação e a imagem institucional do Município, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. ---

--- Artigo 12º-D ---

--- Divisão de Cultura, Turismo e Associativismo ---

--- A Divisão de Cultura, Turismo e Associativismo atua nas áreas da Cultura, Turismo e Associativismo, tendo como missão promover, coordenar e apoiar as atividades de âmbito cultural e o desenvolvimento turístico do Concelho, bem como fomentar o associativismo, promover e apoiar as iniciativas das Coletividades e



Associações do Concelho, nas áreas da animação cultural, desportiva, recreativa e de ocupação dos tempos livres, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----

--- Artigo 12º-E -----

--- Divisão de Património Cultural e Bibliotecas -----

--- A Divisão de Património Cultural e Bibliotecas atua nas áreas da rede das Bibliotecas, Museu e Património Histórico-Cultural, tendo como missão gerir, promover, preservar e salvaguardar o património histórico, cultural, artístico, arqueológico, bibliográfico, documental, etnológico e paisagístico do Concelho, bem como gerir os equipamentos histórico-culturais e a rede de bibliotecas municipais, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços.-----

--- SECÇÃO II -----

--- Das Unidades Técnicas-----

--- Artigo 13º -----

--- Unidade Técnica de Contratação Pública e Aprovisionamento -----

--- A Unidade Técnica de Contratação Pública e Aprovisionamento funciona na dependência da Divisão Financeira e atua nas áreas da contratação pública e do aprovisionamento, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços.-----

--- Artigo 14º -----

--- (Revogado)-----

--- Artigo 15º -----

--- (Revogado) -----

--- Artigo 16º -----

--- (Revogado)-----

--- Artigo 17º -----

--- (Revogado)-----

--- CAPÍTULO IV -----

--- Das Equipas de Projeto -----

--- Artigo 18º -----

--- Equipas de Projeto -----

--- 1. Podem ser constituídas, por deliberação fundamentada da Câmara Municipal, sob proposta do Presidente, equipas de projeto para a realização de projetos específicos ou de atividades incluídas em projetos concretos e temporalmente definidos de interesse municipal, nos termos da legislação em vigor, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal.-----

--- 2. O número máximo de equipas de projeto fixado é de 2 (duas).-----

--- 3. A deliberação prevista no n.º 1 deve estabelecer obrigatoriamente:-----

--- a) A designação do projeto;-----

--- b) Os termos e a duração do mandato, com a definição clara dos objetivos a alcançar;-----

--- c) O coordenador do projeto;-----

--- d) O número de elementos que deve integrar a equipa de projeto e as suas funções.-----

--- 4. Aos coordenadores das equipas de projeto é atribuído, atendendo à natureza e complexidade das funções, um estatuto remuneratório equiparado a cargo de direção intermédia de 2º grau.-----

--- CAPÍTULO V -----

--- Pessoal Dirigente-----

--- Artigo 19º -----

--- Competências do cargo de direção Intermédia de 1º e 2º grau -----

--- As competências dos cargos de direção intermédia de 1º e 2º grau, no cumprimento das suas atribuições, são as definidas nos artigos 15º e 16º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.-----

--- Artigo 20º -----

--- Recrutamento de titular do cargo de direção intermédia de 1º e 2º grau -----

--- O recrutamento para os cargos de direção intermédia de 1º e 2º grau é o previsto nos artigos 12º e 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.-----

--- Artigo 20º -A-----

--- Estatuto remuneratório dos titulares de cargos de direção intermédia de 1º e 2º grau-----

--- 1. A remuneração dos titulares de cargos de direção intermédia de 1º e 2º grau é estabelecida em diploma próprio.-----



--- 2. Os titulares de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau têm direito a despesas de representação, no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, em conformidade com o disposto no artigo 24º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.»

--- Artigo 21º

--- Competências do cargo de direção intermédia de 3.º grau

---1. Compete ao titular do cargo de direção intermédia de 3º grau dirigir as atividades da respetiva unidade técnica, sob a orientação do chefe de divisão, definindo os objetivos de atuação, de acordo com as orientações definidas e, especificamente:

--- a) Assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido na respetiva unidade técnica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço tendo em conta a satisfação do interesse dos destinatários;

--- b) Efetuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os trabalhadores e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respetivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar;

--- c) Proceder de forma objetiva à avaliação do mérito dos trabalhadores, em função dos resultados individuais e de grupo e à forma como cada um se empenha na prossecução dos objetivos e no espírito de equipa;

--- d) Identificar as necessidades de formação específica dos trabalhadores da respetiva unidade técnica e propor a frequência das ações de formação consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades, sem prejuízo do direito à autoformação;

--- e) Proceder ao controlo efetivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos trabalhadores da respetiva unidade técnica;

--- f) Propor, ao superior hierárquico, medidas conducentes à melhoria dos serviços no processo organizacional, na afetação dos recursos disponíveis e no grau de satisfação dos beneficiários das atividades;

--- g) Promover a aplicação do SIADAP aos serviços e aos trabalhadores que dirige.

--- 2. Compete ainda aos titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau as competências que neles forem delegadas ou subdelegadas, nos termos da lei.

--- Artigo 22º

--- Recrutamento, remuneração do cargo de direção intermédia de 3.º grau

---1. Os titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau são recrutados, por procedimento concursal, nos termos da lei, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, que reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

--- a) Licenciatura adequada para a área funcional a ocupar;

--- b) Quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível a habilitação referida na alínea anterior;

--- c) Quatro anos de experiência profissional na área de atuação do cargo a prover;

--- d) Formação profissional adequada ao exercício de funções no cargo a prover.

--- 2. A remuneração dos titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau corresponderá à 6.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

---3. Em tudo o mais, não especialmente previsto no presente regulamento, aplica-se o disposto no Estatuto de Pessoal Dirigente.

--- CAPÍTULO VI

--- Disposições finais

--- Artigo 23º

--- Mapa de pessoal

--- Face às alterações ora introduzidas serão efetuados os respetivos ajustamentos ao Mapa de Pessoal.

--- Artigo 24º

--- Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais

--- Nos termos do disposto na alínea c) do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, a Câmara Municipal definirá, no prazo de 30 dias a contar da



publicação do presente diploma, as atribuições e competências das unidades orgânicas flexíveis, mediante aprovação de regulamento orgânico dos serviços municipais, dentro dos limites ora fixados. -----

--- Artigo 25.º -----

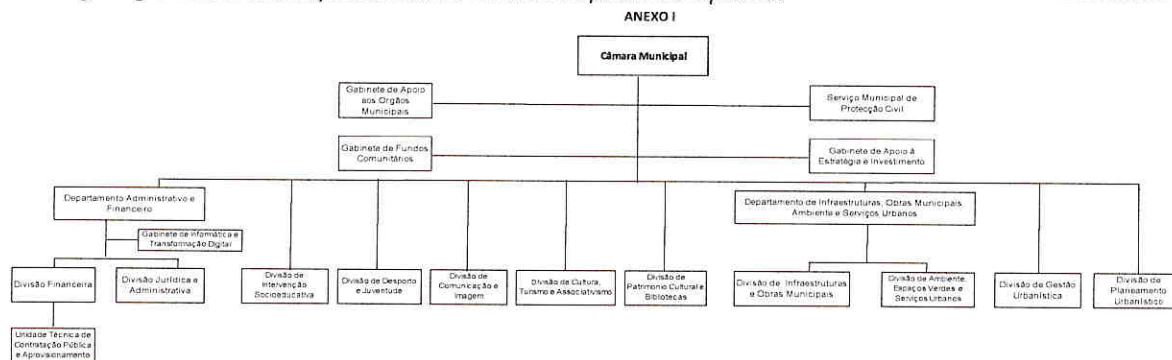
--- Norma Revogatória -----

--- É revogado o Despacho n.º 3962/2014, de 6 de março de 2014, publicado na 2ª série do Diário da República, n.º 51, de 13 de março de 2014. -----

--- Artigo 26 -----

--- Organograma -----

--- O organograma do Município consta do Anexo I ao presente diploma. -----



--- Uma vez posta a votação a Proposta 81/P/2020 foi aprovada por unanimidade.-----

---2. Proposta 50 V-SV/2020 – Alteração ao Mapa de Pessoal -----

--- A Sra. Vereadora Sílvia Vítor apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando : -----

--- a obrigatoriedade de aprovação/alteração do Mapa de Pessoal pela entidade competente pela aprovação da proposta de Orçamento, conforme disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação;-----

--- que, em face do processo de transferência de competências da Administração Central em curso, a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados e os eixos prioritários definidos pelo Município e o reforço das políticas de proximidade com os municípios, mostra-se necessário atualizar e adequar a Estrutura e Organização dos Serviços Municipais à planificação das atividades e aos recursos a elas afetos, nas áreas das empreitadas, infraestruturas e obras municipais, espaços verdes, ambiente e serviços urbanos, com reflexos na área da contratação pública, bem como assim nas áreas da Educação, Saúde e Ação Social; Desporto e Juventude; Cultura, Turismo e Associativismo; Comunicação e Imagem; e Rede de Bibliotecas, Museu e Património Cultural, tendo em vista garantir da melhor forma a concretização de princípios fundamentais como o da prossecução do interesse público, do dever da decisão célere e da colaboração do Município com os seus municípios;-----

--- a necessidade de assistentes operacionais, para a atividade de auxiliar de ação educativa, manifestada pelos agrupamentos de escolas do concelho, decorrentes de processos de aposentação e outras situações; a necessidade de dar continuidade ao Projeto Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar do Município de Azambuja e a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, implementado em março de 2018 nos agrupamentos de Escolas de Azambuja, dirigido aos alunos do 1.º, 2.º, 3.º Ciclos e ao Ensino Secundário; -

--- que, face à carência de recursos humanos para assegurar a resposta técnica aos 3 Agrupamentos de Escolas do Município de Azambuja, no âmbito do referido Projeto, se mostra necessária a contratação, por tempo determinado (pelo período de vigência do projeto) de uma Equipa Multidisciplinar, para intervenção em contexto educativo - dois técnicos na área da Psicologia Clínica, um Educador Social e um Animador Sociocultural no sentido de Integrar a Equipa Multidisciplinar de Intervenção Comunitária de Azambuja e a Equipa Azambuja Integra, para apoio técnico especializado na avaliação e acompanhamento de crianças e jovens, desenvolvendo programas de promoção do sucesso educativo em várias áreas na Comunidade Educativa;-----

--- a existência de dotação orçamental para fazer face às alterações propostas.-----

--- Proponho, no uso da competência que me foi delegada pelo Despacho n.º 12-A/P/2017, do Presidente da Câmara, que a Câmara Municipal de Azambuja delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com a alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos

do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, e com a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na redação atual, das alterações ao Mapa de Pessoal constante do Quadro em Anexo.

Postos de trabalho	Carreira / Categoria	Atividade	Área de formação	Contrato Tempo Indeterminado			Contrato Tempo Determinado		
				P	AP	T	P	AP	T

A CRIAR:

Departamento de Infraestruturas, Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos	Diretor de Departamento	Direção		1					
Divisão de Intervenção Socioeducativa	Chefe de Divisão	Direção		1					
Divisão de Desporto e Juventude	Chefe de Divisão	Direção		1					
Divisão de Cultura, Turismo e Associativismo	Chefe de Divisão	Direção		1					
Divisão de Comunicação e Imagem	Chefe de Divisão	Direção		1					
Divisão de Património Cultural e Bibliotecas	Chefe de Divisão	Direção		1					
Divisão de Ambiente, Espaços Verdes e Serviços Urbanos	Chefe de Divisão	Direção		1					
Unidade Técnica de Contratação Pública e Aprovisionamento	Dirigente Intermédio de 3.º Grau	Direção		1					
Divisão de Intervenção Socioeducativa	Assistente Operacional	Auxiliar de Ação Educativa		12					
	Técnico Superior	Psicologia Clínica						2	
	Técnico Superior	Educação Social						1	
	Técnico Superior	Animador Sociocultural						1	

--- Uma vez posta a votação a Proposta 50/V-SV/2020 foi aprovada com cinco votos a favor (PS e CDU) e duas abstenções (PSD).

---3. Proposta 48/V-SV/2020 – Protocolos de Colaboração e Delegação de Competências — Agrupamentos de Escolas do Concelho de Azambuja

--- A Sra. Vereadora Sílvia Vítor apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:

--- “Considerando que:

--- Os municípios dispõem de atribuições previstas na alínea d) do n.º 2 do artigo 230 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nas áreas da educação, ensino e formação profissional;

--- A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabeleceu o quadro de transferências de competências para as autarquias, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;

--- O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, concretizou o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, especificando para este setor o que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabeleceu;

--- A delegação de competências constitui um instrumento privilegiado de redução de circuitos e desburocratização dos procedimentos administrativos, visando alcançar as metas últimas da boa administração e eficiência administrativa;

--- Por uma relação de maior proximidade dos Diretores dos Agrupamentos de Escolas com a realidade escolar a delegação de competências em determinadas áreas possibilitará uma melhor resposta à especificidade de cada estabelecimento de ensino e, conseqüentemente, a obtenção de maiores ganhos e melhoria de desempenho;

--- Nos termos do disposto no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, decorre que o órgão delegante deve especificar positivamente, através de enumeração taxativa, quais os poderes objeto de delegação ou quais os atos que o delegado passará a poder praticar;

--- Conforme dispõe o n.º 6 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, o diretor do agrupamento de escola, além das competências que lhe são conferidas por lei, exerce ainda as competências que lhe forem delegadas pela Câmara Municipal;

--- O teor da informação anexa;

--- Existe uma colaboração estreita entre Câmara Municipal e Agrupamentos ao nível de atribuição de apoios para o funcionamento das atividades letivas do pré-escolar e do 1.º ciclo.

--- Proponho:

-- I. Que Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro e artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, delibere delegar nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Azambuja até ao final do ano letivo 2020/2021 a competência de contratação pública de fornecimento de bens e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos, concretamente equipamento e material de higiene, limpeza e economato, bem como a realização de pequenas intervenções de conservação e manutenção de equipamentos escolares e transitoriamente os encargos com as instalações. -----

--- II. Nos termos das disposições legais acima mencionadas, que a Câmara Municipal aprove a minuta dos protocolos de colaboração e de delegação de competências em anexo entre o Município de Azambuja e os Agrupamentos de Escolas do concelho de Azambuja, que fazem parte integrante da presente proposta, bem como autorizar a afetação dos recursos financeiros para o efeito, de acordo com o previsto no seguinte quadro: -----

Agrupamento de Escolas	Protocolo de colaboração		Delegação de competências		
	Aquisição de EPI, equipamento e desinfetantes (única tranche)	Apoio material didático por sala de pré-escolar e 1º ciclo (valor anual a transferir por período)			Pequenas reparações / conservação /manutenção (uma única tranche)
Alto de Azambuja	1.940€	2.940€	7.185€	9.839,68€	3.000€
Vale Aveiras	2.650€	3.570€	7.185€	15.022€	3.500€
Azambuja	5.800€	6.300€	15.000€	31.893,32€	9.500€
Total	10.390€	12.810€	29.370€	56.755€	16.000€

--- minuta de Protocolo de colaboração e de delegação de competências nos diretores dos agrupamentos de escolas do concelho de azambuja -----

--- CONSIDERANDO QUE: -----

--- Os municípios dispõem de atribuições previstas na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nas áreas da educação, ensino e formação profissional; -----

--- O Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de junho, iniciou o processo de transferência de atribuições e competências para os municípios em matéria de educação, tendo sido recentemente revogado pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual; -----

--- O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, concretiza a transferência de competências para os municípios no domínio da educação, especificando para o setor o que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabeleceu; -----

--- No âmbito das reuniões de trabalho já realizadas, a comissão de acompanhamento e monitorização da implementação e desenvolvimento do quadro de competências, criada pelo Município de Azambuja e regulada nos termos do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, identificou, durante o processo de transição, alguns constrangimentos para o exercício pleno das competências de contratação de fornecimentos e de serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino; -----

--- Aos contratos para aquisição bens e prestação de serviços destinados aos agrupamentos de escolas cuja vigência se prolongue para além da data da entrada em vigor do presente decreto-lei, aplicam-se as regras do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, nomeadamente, as seguintes: a) Opera-se a cessão da posição contratual do Estado em cada um dos municípios, caso estes manifestem a sua concordância, relativamente aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da respetiva área territorial; b) Caso os municípios não assumam a posição contratual do Estado, são deduzidas das transferências financeiras para o desenvolvimento das competências em matéria de educação os montantes correspondentes aos respetivos encargos, até à sua execução integral; -----

--- A Câmara Municipal pode optar por: 1) transferir a verba necessária para os órgãos de gestão escolar, passando estes a ser os primeiros responsáveis pela gestão do montante; 2) transferir a verba para os órgãos de gestão escolar supervisionando a autarquia a gestão do montante; ou 3) a autarquia ser a exclusiva responsável pela gestão da verba, atendendo às solicitações dos órgãos de gestão escolar. -----



-- As condições para o exercício das competências encontram-se definidas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual; -----

--- Decorre do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, na sua redação atual, que "Salvo indicação em contrário, todas as competências previstas no presente decreto-lei são exercidas pela câmara municipal, com faculdade de delegação no diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada",

É necessário e urgente dar uma resposta imediata às várias solicitações de execução de contratos de fornecimentos e de serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos, comunicadas pelos órgãos de gestão escolar, por forma a assegurar as condições mínimas para o seu pleno funcionamento.-----

--- Entre: -----

--- MUNICÍPIO DE AZAMBUJA, NIPC 506821480, com sede na Praça do Município, nº 19, 2050-315 Azambuja, e com o endereço eletrónico geral@cm-azambuja.pt representado pelo seu Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, no uso das competências previstas nas alíneas a) e c) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, d 12 de setembro, como Primeira Outorgante;-----

--- E-----

--- AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO ALTO DE AZAMBUJA, NIPC 600074935, com sede em Rua da Carrapatoza, em Manique do Intendente e com o endereço eletrónico direcao@aveaca.pt representado pela sua Diretora Sílvia Carla Pereira Rei Lobo da Purificação, no uso das competências que lhe são atribuídas e previstas na lei, como Segunda Outorgante.-----

--- É celebrado e mutuamente aceite o presente Protocolo de colaboração e de Delegação de Competências, nos termos das seguintes Cláusulas, das quais os considerandos precedentes fazem parte integrante: -----

--- CLÁUSULA PRIMEIRA -----

--- (Objeto) -----

--- O presente Protocolo visa estabelecer os termos a considerar na gestão da transferência de verba no montante global de 24.904,68€ (vinte e quatro mil, novecentos e quatro euros e sessenta e oito cêntimos) para o Agrupamento de Escolas do Alto de Azambuja;-----

--- CLÁUSULA SEGUNDA -----

--- (Obrigações do Primeiro Outorgante) -----

--- No âmbito do presente protocolo, o Primeiro Outorgante obriga-se a: -----

--- Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do protocolo e apoio técnico; --
--- Aprovar o relatório anual de acompanhamento referente à execução do Protocolo;-----

--- Transferir verba para reforço de aquisição de EPI e de equipamentos e soluções desinfetantes, calculada com base no número de alunos de pré-escolar e 1º ciclo de cada agrupamento, numa única tranche, no valor de 1940€ (mil novecentos e quarenta euros), tendo por base 194 alunos;-----

--- Transferir, numa única tranche, o valor de 9839,68€ (nove mil oitocentos e trinta e nove e sessenta e oito cêntimos) para suportar a despesa/encargos com as instalações da Escola Básica de Manique do Intendente (água, eletricidade, combustíveis e comunicações) até 31 de dezembro. Estes valores foram calculados em duodécimos através do consumo estimado pelo IGEFE, pelo que em função de consumos reais poderão sofrer alterações;-----

--- Transferir verba para equipamentos e produtos de higiene e limpeza para fazer face às necessidades do espaço ocupado pelos alunos de 2º e 3º ciclos da Escola Básica de Manique do Intendente e para os consumíveis do serviço de secretaria da escola sede no valor global de 7185€ (sete mil cento e oitenta e cinco euros) em três tranches, até final do ano letivo. (Não está incluída nesta verba despesa com aquisição de papel consumido pelos serviços administrativos [secretaria da sede de agrupamento], uma vez que é distribuído pela Câmara Municipal de Azambuja); -----

--- Transferir, em cada período letivo, verba para material de desgaste de pré-escolar e 1º ciclo, no valor de 70€ (setenta euros) por sala, perfazendo um total de 980 € (novecentos oitenta euros) por período, como medida excecional de apoio ao funcionamento das atividades letivas;-----

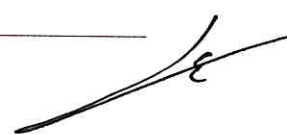
--- Transferir verba para pequenas obras de manutenção e conservação da área destinada a alunos de 2º e 3º ciclos da Escola Básica de Manique do Intendente, numa única tranche no valor de 3.000€ (três mil euros) - vide anexo I;-----

--- Emitir mensalmente a fatura relativamente ao montante apurado das refeições escolares servidas. -----

--- CLÁUSULA TERCEIRA -----

--- (Obrigações do Segundo Outorgante) -----

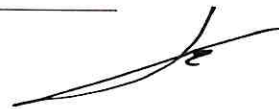
--- No âmbito do presente protocolo, o Segundo Outorgante fica obrigada a: -----



- Exercer uma correta e equilibrada manutenção das infraestruturas escolares; -----
- Entregar ao Primeiro Outorgante o relatório a que se refere a cláusula 2.ª; -----
- Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do protocolo; -----
- Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente em matéria de contratação pública. -----
- Garantir uma boa gestão e aplicação da verba para os fins para a qual foi atribuída pelo Primeiro Outorgante, em respeito pelo princípio do interesse público; -----
- Assegurar o pagamento que resulta dos contratos para aquisição de bens e prestação de serviços em estreita articulação com o Primeiro Outorgante, por forma a garantir o normal funcionamento dos estabelecimentos educativos; -----
- Vender a senha de refeição aos alunos que pretendam usufruir das refeições escolares servidas pelo refeitório da Escola Básica de Manique do Intendente, na sequência da transferência de competências em matéria de gestão de refeitórios para a autarquia; -----
- Associar a despesa do aluno com refeições escolares ao NIF do mesmo de forma automática e comunicar no final de cada ano civil à AT, pela secretaria do agrupamento através do envio do Modelo 46, ficando disponível nas despesas do agregado familiar do aluno. -----
- Entregar à Câmara a receita da venda de senhas, apurada e comunicada mensalmente pelo agrupamento, aos serviços municipais para efeitos de emissão de fatura pela Câmara; -----
- Transferir, mensalmente, o montante apurado para o IBAN PT50 0018 000051332704020 27. -----
- CLÁUSULA QUARTA -----
- (Monitorização) -----
- Os Outorgantes comprometem-se a realizar reuniões para assegurar o estudo, planeamento, acompanhamento e monitorização da matéria visada no presente Protocolo, devendo as mesmas ocorrer por período letivo e sempre que se justifique. -----
- Será elaborado pelo Segundo Outorgante um Relatório de Avaliação Anual, que deve ser entregue até ao dia 31 de julho de 2021. -----
- O Primeiro Outorgante pode ainda solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público. -----
- CLÁUSULA QUINTA -----
- (Verificação dos relatórios) -----
- Os relatórios referidos na cláusula anterior devem ser acompanhados dos respetivos documentos de despesa. -----
- Os relatórios a que se refere o n.º 1 da cláusula anterior ficam sujeitos a apreciação do Primeiro Outorgante que os aprovará ou retificará no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da sua receção. -----
- CLÁUSULA SEXTA -----
- (Verificação do cumprimento do objeto do protocolo) -----
- O Primeiro Outorgante pode verificar o cumprimento do objeto do protocolo pelo Segundo Outorgante, mediante a realização de visitas às infraestruturas escolares, bem como exigir-lhe informações e documentos que considere necessários. -----
- CLÁUSULA SÉTIMA -----
- (Incumprimento) -----
- Se as verbas atribuídas pelo presente protocolo forem utilizadas para outros fins, o protocolo será automaticamente resolvido, por justa causa, pelo Município, devendo o segundo outorgante proceder à devolução imediata da verba. -----
- O incumprimento pelo Segundo Outorgante de qualquer das responsabilidades referidas na cláusula terceira, determina a resolução do presente Protocolo, não podendo este exigir, seja a que título for, compensação ou indemnização a pagar pelo Município de Azambuja por encargos que, porventura, tenha assumido. -----
- CLÁUSULA OITAVA -----
- (Revisão) -----
- O presente Protocolo deverá ser revisto sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente quando: -----
- ocorrer alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração; -----
- a revisão seja indispensável para adequar o protocolo aos objetivos prosseguidos; -----
- em qualquer outro caso, sempre que haja consenso entre as Partes. -----



--- CLÁUSULA NONA -----
--- (Cessação)-----
--- O presente Protocolo pode ser denunciado, por escrito, por qualquer uma das partes com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias relativamente ao termo do prazo, desde que da mesma não decorra a suspensão ou inviabilização das atividades em curso.-----
--- O Protocolo pode cessar, a todo o tempo, se os outorgantes, por exclusivo e de comum acordo, o decidirem expressamente, ou se vierem a alterar as condições em que se baseou a sua celebração.-----
--- CLÁUSULA DÉCIMA -----
--- (Confidencialidade e proteção de dados pessoais)-----
--- Com a celebração do presente Protocolo, o Segundo Outorgante obriga-se ao integral cumprimento do disposto na legislação aplicável à proteção de dados pessoais obtidos com a realização das ações previstas.
--- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA -----
--- (Vigência)-----
--- O presente Protocolo de Colaboração tem início no dia 1 de setembro e mantém-se em vigor até 31 de agosto.-----
--- Este Protocolo é celebrado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes Outorgantes.-----
--- Anexo I -----
--- Obras de manutenção e conservação -----
--- As pequenas obras de manutenção e conservação compreendem as seguintes tarefas: -----
--- Substituição pontual de vidros;-----
--- Reparação ou colocação pontual de cortinados, varões e/ou estores;-----
--- Substituição ou reparação de torneiras, autoclismos, sanitas e tampas de sanitas, lavatórios; -----
--- Substituição ou reparação de ferragens e fechaduras;-----
--- Limpeza e substituição pontual de telhas partidas, chapas e telas;-----
--- Limpeza e desentupimento de algerozes, caleiras e tubos pluviais;-----
--- Substituição de lâmpadas, fios soltos e armaduras de iluminação soltas; -----
--- Reparações pontuais em aquecimentos;-----
--- Pequenas reparações de equipamentos e eletrodomésticos de limpeza, da cozinha e refeitório;-----
--- Reparações pontuais em vedações.-----
--- minuta de Protocolo de colaboração e de delegação de competências nos diretores dos agrupamentos de escolas do concelho de azambuja -----
--- CONSIDERANDO QUE: -----
--- Os municípios dispõem de atribuições previstas na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nas áreas da educação, ensino e formação profissional;-----
--- O Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de junho, iniciou o processo de transferência de atribuições e competências para os municípios em matéria de educação, tendo sido recentemente revogado pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual;-----
--- O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, concretiza a transferência de competências para os municípios no domínio da educação, especificando para o setor o que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabeleceu;-
--- No âmbito das reuniões de trabalho já realizadas, a comissão de acompanhamento e monitorização da implementação e desenvolvimento do quadro de competências, criada pelo Município de Azambuja e regulada nos termos do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, identificou, durante o processo de transição, alguns constrangimentos para o exercício pleno das competências de contratação de fornecimentos e de serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino;-----
--- Aos contratos para aquisição bens e prestação de serviços destinados aos agrupamentos de escolas cuja vigência se prolongue para além da data da entrada em vigor do presente decreto-lei, aplicam-se as regras do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, nomeadamente, as seguintes: a) Opera-se a cessação da posição contratual do Estado em cada um dos municípios, caso estes manifestem a sua concordância, relativamente aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da respetiva área territorial; b) Caso os municípios não assumam a posição contratual do Estado, são deduzidas das transferências financeiras para o desenvolvimento das competências em matéria de educação os montantes correspondentes aos respetivos encargos, até à sua execução integral;-----



--- A Câmara Municipal pode optar por: 1) transferir a verba necessária para os órgãos de gestão escolar, passando estes a ser os primeiros responsáveis pela gestão do montante; 2) transferir a verba para os órgãos de gestão escolar supervisionando a autarquia a gestão do montante; ou 3) a autarquia ser a exclusiva responsável pela gestão da verba, atendendo às solicitações dos órgãos de gestão escolar.-----

--- As condições para o exercício das competências encontram-se definidas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual; -----

--- Decorre do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, na sua redação atual, que "Salvo indicação em contrário, todas as competências previstas no presente decreto-lei são exercidas pela câmara municipal, com faculdade de delegação no diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada"; -----

--- É necessário e urgente dar uma resposta imediata às várias solicitações de execução de contratos de fornecimentos e de serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos, comunicadas pelos órgãos de gestão escolar, por forma a assegurar as condições mínimas para o seu pleno funcionamento.-----

--- Entre: -----

--- MUNICÍPIO DE AZAMBUJA, NIPC 506821480, com sede na Praça do Município, n.º 19, 2050-315 Azambuja, e com o endereço eletrónico geral@cm-azambuja.pt representado pelo seu Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, no uso das competências previstas nas alíneas a) e c) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, d 12 de setembro, como Primeira Outorgante;-----

--- E -----

--- AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VALE AVEIRAS, NIPC 600 077 519, com sede em Rua do Carrasco n.º 1, e com o endereço eletrónico geral@valeaveiras.pt, representado pelo seu Diretor António Jorge Gonçalves da Conceição Pedro, no uso das competências como diretor, como Segundo Outorgante. -----

--- É celebrado e mutuamente aceite o presente Protocolo de colaboração e de Delegação de Competências, nos termos das seguintes Cláusulas, das quais os considerandos precedentes fazem parte integrante: -----

--- CLÁUSULA PRIMEIRA -----

--- (Objeto)-----

--- O presente Protocolo visa estabelecer os termos a considerar na gestão da transferência de verba no montante global de 31.927€ (trinta e um mil, novecentos e vinte e sete euros) para o Agrupamento de Escolas Vale Aveiras;-----

--- CLÁUSULA SEGUNDA -----

--- (Obrigações do Primeiro Outorgante) -----

--- No âmbito do presente protocolo, o Primeiro Outorgante obriga-se a: -----

--- Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do protocolo e apoio técnico;

Aprovar o relatório anual de acompanhamento referente à execução do Protocolo;-----

--- Transferir verba para reforço de aquisição de EPI's e de equipamentos e soluções desinfetantes, calculada com base no número de alunos de pré-escolar e 1º ciclo de cada agrupamento, numa única tranche, no valor de 2650€ (dois mil seiscentos e cinquenta euros), tendo por base 265 alunos;-----

--- Transferir, numa única tranche, o valor de 15022€ (quinze mil e vinte e dois euros) para suportar a despesa/encargos com as instalações da Escola Básica Vale Aveiras (água, eletricidade, combustíveis e comunicações) até 31 de dezembro. Estes valores foram calculados em duodécimos através do consumo estimado pelo IGEFE, pelo que em função de consumos reais poderão sofrer alterações; -----

--- Transferir verba para equipamentos e produtos de higiene e limpeza para fazer face às necessidades da Escola Básica Vale Aveiras e para os consumíveis do serviço de secretaria da escola sede, no valor global de 7185€ (sete mil cento e oitenta e cinco euros) em três tranches, até final do ano letivo. (Não está incluída nesta verba despesa com aquisição de papel consumido pelos serviços administrativos [secretaria da sede de agrupamento], uma vez que é distribuído pela Câmara Municipal de Azambuja); -----

--- Transferir, em cada período letivo, verba para material de desgaste de pré-escolar e 1º ciclo, no valor de 70€ (setenta euros) por sala, perfazendo um total de 1190 € (mil cento e noventa euros) por período, como medida excecional de apoio ao funcionamento das atividades letivas;-----

--- Transferir verba para pequenas obras de manutenção e conservação da Escola Básica Vale Aveiras, numa única tranche no valor de 3.500€ (três mil e quinhentos euros) - vide anexo I; -----

--- Emitir mensalmente a fatura relativamente ao montante apurado das refeições escolares servidas. -----


--- CLÁUSULA TERCEIRA -----

--- (Obrigações do Segundo Outorgante) -----

--- No âmbito do presente protocolo, o Segundo Outorgante fica obrigada a: -----



- Exercer uma correta e equilibrada manutenção das infraestruturas escolares; -----
- Entregar ao Primeiro Outorgante o relatório a que se refere a cláusula 2.ª; -----
- Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do protocolo; -----
- Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente em matéria de contratação pública. -----
- Garantir uma boa gestão e aplicação da verba para os fins para a qual foi atribuída pelo Primeiro Outorgante, em respeito pelo princípio do interesse público; -----
- Assegurar o pagamento que resulta dos contratos para aquisição de bens e prestação de serviços em estreita articulação com o Primeiro Outorgante, por forma a garantir o normal funcionamento dos estabelecimentos educativos; -----
- Vender a senha de refeição aos alunos que pretendam usufruir das refeições escolares servidas pelo refeitório da Escola Básica Vale Aveiras, na sequência da transferência de competências em matéria de gestão de refeitórios para a autarquia; -----
- Associar a despesa do aluno com refeições escolares ao NIF do mesmo de forma automática e comunicar no final de cada ano civil à AT, pela secretaria do agrupamento através do envio do Modelo 46, ficando disponível nas despesas do agregado familiar do aluno. -----
- Entregar à Câmara a receita da venda de senhas, apurada e comunicada mensalmente pelo agrupamento, aos serviços municipais para efeitos de emissão de fatura pela Câmara; -----
- Transferir, mensalmente, o montante apurado para o IBAN PT50 0018 000051332704020 27. -----
- CLÁUSULA QUARTA -----
- (Monitorização) -----
- Os Outorgantes comprometem-se a realizar reuniões para assegurar o estudo, planeamento, acompanhamento e monitorização da matéria visada no presente Protocolo, devendo as mesmas ocorrer por período letivo e sempre que se justifique. -----
- Será elaborado pelo Segundo Outorgante um Relatório de Avaliação Anual, que deve ser entregue até ao dia 31 de julho de 2021. -----
- O Primeiro Outorgante pode ainda solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público. -----
- CLÁUSULA QUINTA -----
- (Verificação dos relatórios) -----
- Os relatórios referidos na cláusula anterior devem ser acompanhados dos respetivos documentos de despesa. -----
- Os relatórios a que se refere o n.º 1 da cláusula anterior ficam sujeitos a apreciação do Primeiro Outorgante que os aprovará ou retificará no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da sua receção. -----
- CLÁUSULA SEXTA -----
- (Verificação do cumprimento do objeto do protocolo) -----
- O Primeiro Outorgante pode verificar o cumprimento do objeto do protocolo pelo Segundo Outorgante, mediante a realização de visitas às infraestruturas escolares, bem como exigir-lhe informações e documentos que considere necessários. -----
- CLÁUSULA SÉTIMA -----
- (Incumprimento) -----
- Se as verbas atribuídas pelo presente protocolo forem utilizadas para outros fins, o protocolo será automaticamente resolvido, por justa causa, pelo Município, devendo o segundo outorgante proceder à devolução imediata da verba. -----
- O incumprimento pelo Segundo Outorgante de qualquer das responsabilidades referidas na cláusula terceira, determina a resolução do presente Protocolo, não podendo este exigir, seja a que título for, compensação ou indemnização a pagar pelo Município de Azambuja por encargos que, porventura, tenha assumido. -----
- CLÁUSULA OITAVA -----
- (Revisão) -----
- O presente Protocolo deverá ser revisto sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente quando: -----
- ocorrer alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração; -----
- a revisão seja indispensável para adequar o protocolo aos objetivos prosseguidos; -----
- em qualquer outro caso, sempre que haja consenso entre as Partes. -----



--- CLÁUSULA NONA ---

---(Cessação)---

--- O presente Protocolo pode ser denunciado, por escrito, por qualquer uma das partes com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias relativamente ao termo do prazo, desde que da mesma não decorra a suspensão ou inviabilização das atividades em curso.---

--- O Protocolo pode cessar, a todo o tempo, se os outorgantes, por exclusivo e de comum acordo, o decidirem expressamente, ou se vierem a alterar as condições em que se baseou a sua celebração.---

--- CLÁUSULA DÉCIMA ---

--- (Confidencialidade e proteção de dados pessoais)---

--- Com a celebração do presente Protocolo, o Segundo Outorgante obriga-se ao integral cumprimento do disposto na legislação aplicável à proteção de dados pessoais obtidos com a realização das ações previstas.

--- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA ---

--- (Vigência)---

---O presente Protocolo de Colaboração tem início no dia 1 de setembro e mantém-se em vigor até 31 de agosto.---

--- Este Protocolo é celebrado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes Outorgantes.---

--- Anexo I ---

--- Obras de manutenção e conservação ---

--- As pequenas obras de manutenção e conservação compreendem as seguintes tarefas: ---

--- Substituição pontual de vidros;---

--- Reparação ou colocação pontual de cortinados, varões e/ou estores;---

--- Substituição ou reparação de torneiras, autoclismos, sanitas e tampas de sanitas, lavatórios;---

--- Substituição ou reparação de ferragens e fechaduras;---

--- Limpeza e substituição pontual de telhas partidas, chapas e telas;---

--- Limpeza e desentupimento de algerozes, caleiras e tubos pluviais;---

--- Substituição de lâmpadas, fios soltos e armaduras de iluminação soltas;---

--- Reparações pontuais em aquecimentos;---

--- Pequenas reparações de equipamentos e eletrodomésticos de limpeza, da cozinha e refeitório;---

--- Reparações pontuais em vedações.---

--- minuta de Protocolo de colaboração e de delegação de competências nos diretores dos agrupamentos de escolas do concelho de azambuja ---

--- CONSIDERANDO QUE: ---

--- Os municípios dispõem de atribuições previstas na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nas áreas da educação, ensino e formação profissional;---

--- O Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de junho, iniciou o processo de transferência de atribuições e competências para os municípios em matéria de educação, tendo sido recentemente revogado pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual;---

--- O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, concretiza a transferência de competências para os municípios no domínio da educação, especificando para o setor o que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabeleceu;---

--- No âmbito das reuniões de trabalho já realizadas, a comissão de acompanhamento e monitorização da implementação e desenvolvimento do quadro de competências, criada pelo Município de Azambuja e regulada nos termos do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, identificou, durante o processo de transição, alguns constrangimentos para o exercício pleno das competências de contratação de fornecimentos e de serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino;---

--- Aos contratos para aquisição bens e prestação de serviços destinados aos agrupamentos de escolas cuja vigência se prolongue para além da data da entrada em vigor do presente decreto-lei, aplicam-se as regras do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, nomeadamente, as seguintes: a) Opera-se a cessão da posição contratual do Estado em cada um dos municípios, caso estes manifestem a sua concordância, relativamente aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da respetiva área territorial; b) Caso os municípios não assumam a posição contratual do Estado, são deduzidas das transferências financeiras para o desenvolvimento das competências em matéria de educação os montantes correspondentes aos respetivos encargos, até à sua execução integral;---



--- A Câmara Municipal pode optar por: 1) transferir a verba necessária para os órgãos de gestão escolar, passando estes a ser os primeiros responsáveis pela gestão do montante; 2) transferir a verba para os órgãos de gestão escolar supervisionando a autarquia a gestão do montante; ou 3) a autarquia ser a exclusiva responsável pela gestão da verba, atendendo às solicitações dos órgãos de gestão escolar. -----

--- As condições para o exercício das competências encontram-se definidas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual; -----

--- Decorre do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, na sua redação atual, que "Salvo indicação em contrário, todas as competências previstas no presente decreto-lei são exercidas pela câmara municipal, com faculdade de delegação no diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada", -----

É necessário e urgente dar uma resposta imediata às várias solicitações de execução de contratos de fornecimentos e de serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos, comunicadas pelos órgãos de gestão escolar, por forma a assegurar as condições mínimas para o seu pleno funcionamento. -----

--- Entre: -----

--- MUNICÍPIO DE AZAMBUJA, NIPC 506821480, com sede na Praça do Município, nº 19, 2050-315 Azambuja, e com o endereço eletrónico geral@cm-azambuja.pt representado pelo seu Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, no uso das competências previstas nas alíneas a) e c) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, d 12 de setembro, como Primeira Outorgante; -----

--- E -----

--- AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA AZAMBUJA, NIPC 600084310, com sede em Rua das Lavadeiras e com o endereço eletrónico direcao@agrupamentoescolasazambuja.com, representado pela sua Diretora Maria Madalena Miranda Tavares, no uso das competências previstas como diretora, como Segundo Outorgante. -

--- É celebrado e mutuamente aceite o presente Protocolo de colaboração e de Delegação de Competências, nos termos das seguintes Cláusulas, das quais os considerandos precedentes fazem parte integrante: -----

--- CLÁUSULA PRIMEIRA -----

--- (Objeto) -----

--- O presente Protocolo visa estabelecer os termos a considerar na gestão da transferência de verba no montante global de 68.493.32€ (sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e três euros e trinta e dois cêntimos) para o Agrupamento de Escolas de Azambuja; -----

--- CLÁUSULA SEGUNDA -----

--- (Obrigações do Primeiro Outorgante) -----

--- No âmbito do presente protocolo, o Primeiro Outorgante obriga-se a: -----

--- Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do protocolo e apoio técnico; ---

--- Aprovar o relatório anual de acompanhamento referente à execução do Protocolo; -----

--- Transferir verba para reforço de aquisição de EPI's e de equipamentos e soluções desinfetantes, calculada com base no número de alunos de pré-escolar e 1º ciclo de cada agrupamento, numa única tranche, no valor de 5800€ (cinco mil e oitocentos euros), tendo por base 580 alunos; -----

--- Transferir, numa única tranche, o valor de 31893,32€ (trinta e um mil oitocentos e noventa e três euros e trinta e dois cêntimos) para suportar a despesa/encargos com as instalações da Escola Básica de Azambuja e da Escola Secundária de Azambuja (água, eletricidade, combustíveis e comunicações) até 31 de dezembro. Estes valores foram calculados em duodécimos através do consumo estimado pelo IGEFE, pelo que em função de consumos reais poderão sofrer alterações; -----

--- Transferir verba para equipamentos e produtos de higiene e limpeza para fazer face às necessidades de higienização da área destinada aos alunos de 2º e 3º ciclos da Escola Básica de Azambuja e da Escola Secundária de Azambuja e para os consumíveis do serviço de secretaria da escola sede, no valor global de 15000€ (quinze mil euros) em três tranches, até final do ano letivo. (Não está incluída nesta verba despesa com aquisição de papel consumido pelos serviços administrativos [secretaria da sede de agrupamento], uma vez que é distribuído pela Câmara Municipal de Azambuja); -----

--- Transferir, em cada período letivo, verba para material de desgaste de pré-escolar e 1º ciclo, no valor de 70€ (setenta euros) por sala, perfazendo um total de 2100 € (dois mil e cem euros) por período, como medida excecional de apoio ao funcionamento das atividades letivas; -----

--- Transferir verba para pequenas obras de manutenção e conservação da área destinada a alunos de 2º e 3º ciclos da Escola Básica de Azambuja, numa única tranche no valor de 4000€ (quatro mil euros) e Escola Secundária de Azambuja no valor de 5500€ (cinco mil e quinhentos euros) - vide anexo I; -----



--- Emitir mensalmente a fatura relativamente ao montante apurado das refeições escolares servidas na Escola Básica de Azambuja, Escola Básica da Socasa e Escola Secundária de Azambuja. -----

--- CLÁUSULA TERCEIRA -----

--- (Obrigações do Segundo Outorgante)-----

--- No âmbito do presente protocolo, o Segundo Outorgante fica obrigada a: -----

--- Exercer uma correta e equilibrada manutenção das infraestruturas escolares; -----

--- Entregar ao Primeiro Outorgante o relatório a que se refere a cláusula 2.ª; -----

--- Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do protocolo; -----

--- Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente em matéria de contratação pública. -----

--- Garantir uma boa gestão e aplicação da verba para os fins para a qual foi atribuída pelo Primeiro Outorgante, em respeito pelo princípio do interesse público; -----

--- Assegurar o pagamento que resulta dos contratos para aquisição de bens e prestação de serviços em estreita articulação com o Primeiro Outorgante, por forma a garantir o normal funcionamento dos estabelecimentos educativos; -----

--- Vender a senha de refeição aos alunos que pretendam usufruir das refeições escolares servidas pelos refeitórios da Escola Básica de Azambuja e da Escola Secundária de Azambuja, na sequência da transferência de competências em matéria de gestão de refeitórios para a autarquia; -----

--- Associar a despesa do aluno com refeições escolares ao NIF do mesmo de forma automática e comunicar no final de cada ano civil à AT, pela secretaria do agrupamento através do envio do Modelo 46, ficando disponível nas despesas do agregado familiar do aluno. -----

--- Entregar à Câmara a receita da venda de senhas, apurada e comunicada mensalmente pelo agrupamento, aos serviços municipais para efeitos de emissão de fatura pela Câmara; -----

--- Transferir, mensalmente, o montante apurado para o IBAN PT50 0018 000051332704020 27. -----

--- CLÁUSULA QUARTA -----

--- (Monitorização)-----

--- Os Outorgantes comprometem-se a realizar reuniões para assegurar o estudo, planeamento, acompanhamento e monitorização da matéria visada no presente Protocolo, devendo as mesmas ocorrer por período letivo e sempre que se justifique. -----

--- Será elaborado pelo Segundo Outorgante um Relatório de Avaliação Anual, que deve ser entregue até ao dia 31 de julho de 2021. -----

--- O Primeiro Outorgante pode ainda solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público. -----

--- CLÁUSULA QUINTA -----

--- (Verificação dos relatórios)-----

--- Os relatórios referidos na cláusula anterior devem ser acompanhados dos respetivos documentos de despesa. -----

--- Os relatórios a que se refere o n.º 1 da cláusula anterior ficam sujeitos a apreciação do Primeiro Outorgante que os aprovará ou retificará no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da sua receção. -----

--- CLÁUSULA SEXTA -----

--- (Verificação do cumprimento do objeto do protocolo)-----

--- O Primeiro Outorgante pode verificar o cumprimento do objeto do protocolo pelo Segundo Outorgante, mediante a realização de visitas às infraestruturas escolares, bem como exigir-lhe informações e documentos que considere necessários. -----

--- CLÁUSULA SÉTIMA -----

--- (Incumprimento)-----

--- Se as verbas atribuídas pelo presente protocolo forem utilizadas para outros fins, o protocolo será automaticamente resolvido, por justa causa, pelo Município, devendo o segundo outorgante proceder à devolução imediata da verba. -----

--- O incumprimento pelo Segundo Outorgante de qualquer das responsabilidades referidas na cláusula terceira, determina a resolução do presente Protocolo, não podendo este exigir, seja a que título for, compensação ou indemnização a pagar pelo Município de Azambuja por encargos que, porventura, tenha assumido. -----

--- CLÁUSULA OITAVA -----

--- (Revisão)-----



--- O presente Protocolo deverá ser revisto sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente quando:-----

--- ocorrer alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;-----

--- a revisão seja indispensável para adequar o protocolo aos objetivos prosseguidos;-----

--- em qualquer outro caso, sempre que haja consenso entre as Partes.-----

--- CLÁUSULA NONA-----

--- (Cessação)-----

--- O presente Protocolo pode ser denunciado, por escrito, por qualquer uma das partes com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias relativamente ao termo do prazo, desde que da mesma não decorra a suspensão ou inviabilização das atividades em curso.-----

--- O Protocolo pode cessar, a todo o tempo, se os outorgantes, por exclusivo e de comum acordo, o decidirem expressamente, ou se vierem a alterar as condições em que se baseou a sua celebração.-----

--- CLÁUSULA DÉCIMA-----

--- (Confidencialidade e proteção de dados pessoais)-----

--- Com a celebração do presente Protocolo, o Segundo Outorgante obriga-se ao integral cumprimento do disposto na legislação aplicável à proteção de dados pessoais obtidos com a realização das ações previstas.

--- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA-----

--- (Vigência)-----

--- O presente Protocolo de Colaboração tem início no dia 1 de setembro e mantém-se em vigor até 31 de agosto.-----

--- Este Protocolo é celebrado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes Outorgantes.-----

--- Anexo-----

--- Obras de manutenção e conservação-----

--- As pequenas obras de manutenção e conservação compreendem as seguintes tarefas:-----

---a) Substituição pontual de vidros;-----

--- b) Reparação ou colocação pontual de cortinados, varões e/ou estores;-----

---c) Substituição ou reparação de torneiras, autoclismos, sanitas e tampas de sanitas, lavatórios;-----

---d) Substituição ou reparação de ferragens e fechaduras;-----

---e) Limpeza e substituição pontual de telhas partidas, chapas e telas;-----

---f) Limpeza e desentupimento de algerozes, caleiras e tubos pluviais;-----

---g) Substituição de lâmpadas, fios soltos e armaduras de iluminação soltas;-----

---h) Reparações pontuais em aquecimentos;-----

---i) Pequenas reparações de equipamentos e eletrodomésticos de limpeza, da cozinha e refeitório;-----

---j) Reparações pontuais em vedações.-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 48/V-SV/2020 foi aprovada por unanimidade.-----

---4. Proposta 49/V-SV/2020 – Refeições – Pagamento em Prestações-----

--- A Sra. Vereadora Sílvia Vítor apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando que:-----

--- as refeições escolares do pré-escolar e de 1º ciclo do ensino básico, são da responsabilidade da Câmara Municipal, conforme estabelecido da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- esta matéria está regulamentada internamente no REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR E DE ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE AZAMBUJA (publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 190 de 2 de outubro de 2017);-----

--- em resultado da conjuntura económico-financeira nacional nos últimos meses, que afetou de forma negativa e significativamente os agregados familiares, que viram diminuir drasticamente as suas capacidades económicas e deixaram de ter condições de tesouraria para honrar, atempadamente, os seus compromissos, nomeadamente perante o Município de Azambuja;-----

--- é intuito da Câmara Municipal harmonizar estas dificuldades e apoiar todos os que querem pagar os valores em atraso relativos ao fornecimento de refeições escolares, assim nesta senda foi indagado junto dos vários devedores a possibilidade de pagamento a prestações mensais dos valores em atraso;-----

--- compete à Câmara Municipal, nos termos do estabelecido no artigo 27.º do Regulamento suprarreferido, autorizar a possibilidade do pagamento faseado dos valores em dívida, previamente acordadas entre as partes (Município e Encarregados de Educação). -----

--- Proponho: -----

--- Que a Câmara Municipal, por todo o exposto e ao abrigo das competências supramencionadas, delibere aprovar o pagamento em prestações dos valores em atraso referentes ao fornecimento de refeições escolares de um aluno do 1º ciclo do ensino básico, conforme informação e minuta em anexo. -----

--- MINUTA DE ACORDO DE PAGAMENTO DÍVIDA -----

--- Entre: -----

--- PRIMEIRO OUTORGANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA, pessoa coletiva número 506 821 480, com sede em Praça do Município 19, 2050-315 em Azambuja, aqui representada por Luís Manuel Abreu de Sousa, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Azambuja, com poderes para o ato adiante designada por MUNICÍPIO ou PRIMEIRO OUTORGANTE, -----

--- E -----

--- SEGUNDO OUTORGANTE: _____, residente na Rua _____, em _____, titular do cartão do cidadão n.º _____, válido até _____, contribuinte n.º _____, adiante designada por SEGUNDO OUTORGANTE. -----

--- Considerando que: -----

--- A segunda outorgante encontra-se em situação de incumprimento com o pagamento, sendo atualmente devedora da quantia de _____ (extenso), correspondendo dos valores em atraso referentes ao fornecimento de refeições escolares do pré-escolar e de 1º ciclo do ensino básico; -----

--- Por deliberação da Câmara Municipal de Azambuja datada de _____, foi autorizado o pagamento a prestações da quantia acima referida, condicionada ao cumprimento integral do presente acordo. -----

--- Desta forma, é celebrado o presente acordo para pagamento de dívida, o qual se rege pelas seguintes cláusulas: -----

--- Cláusula Primeira -----

--- O Segundo Outorgante expressamente reconhece estar em dívida para com a Primeira Outorgante na quantia de € _____ (extenso), referente ao fornecimento de refeições escolares do pré-escolar e de 1º ciclo do ensino básico não pagas, durante os anos de _____. -----

--- Cláusula Segunda -----

--- O Segundo Outorgante compromete-se a efetuar o pagamento da quantia em dívida em ____ prestações mensais e sucessivas, no valor de ____ (extenso) cada uma, com início a _____ e término a _____. -----

Cláusula Terceira -----

--- A falta do regular e atempado pagamento das prestações mensais importa o incumprimento do presente acordo. -----

--- Cláusula Quarta -----

--- Em caso de incumprimento do acordado no presente acordo de dívida, o Primeiro Outorgante procederá de imediato à execução judicial das quantias em dívida, acrescidas dos juros de mora vencidos e vincendos, descontado os montantes entretanto liquidados. -----

--- Cláusula Quinta -----

--- O Primeiro Outorgante declara que, efetuado o pagamento pelo Segundo Outorgante nos precisos termos do presente acordo, a dívida se encontra integralmente paga, nada mais tendo a receber ou a reclamar. -----

--- Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

--- Este contrato foi lido em voz alta aos seus outorgantes e foi feita a explicação do seu conteúdo na presença simultânea de todos os intervenientes. -----

Escola	Valor em dívida	N.º de Prestações
CEB Canada - Pré-escolar	144.54€	6

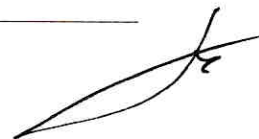
--- Uma vez posta a votação a Proposta 49/V-SV/2020 foi aprovada por unanimidade. -----

--- **5-Proposta 77/P/2020 - Reconhecimento de Interesse Público- IBERDROLA, Renewables Portugal, S.A. -**

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

--- "Considerando: -----

--- A invocação do n.º 1 do artigo 23.º e do n.º 2 do artigo 25.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Azambuja (PDMA) - "construção de instalações de (...) reconhecido interesse público" - com vista à



instalação de Central Solar Fotovoltaica apresentado por IBERDROLA, Renewables Portugal, S.A., a que se refere o Pedido de Informação Prévia (PIP) com o n.º 18/20;-----

--- Que a Requerente pretende instalar Central Solar Fotovoltaica numa área de intervenção com cerca de 200 ha;-----

--- Que a Central implicará um investimento total de cerca de 41 milhões de euros e a criação de 260 postos de trabalho na fase de construção;-----

--- O contributo para a redução do défice energético nos anos de seca;-----

--- Que a concretização da Central contribuirá anualmente para a redução da emissão de CO₂;-----

--- Que no conjunto dos países europeus, Portugal tem características que o tornam especialmente apropriado em acolher uma exploração deste tipo de energia, uma vez que apresenta índices de radiação solar dos mais elevados de entre todos os países;-----

--- O conteúdo das informações técnicas n.º 13/PN/DPU/2020 e 20/PN/DPU/2020 (fls. 33 a 37 e 417 a 419) em anexo;-----

--- Que o n.º 1 do artigo 23.º e do n.º 2 do artigo 25.º, do Regulamento do PDMA, admite a “construção de instalações (...) de reconhecido interesse público” em propriedades contidas na classe de espaço florestal e espaço agrícola não integrado na Reserva Agrícola Nacional;-----

--- As atribuições do Município nos domínios da promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território e urbanismo, previstas nas alíneas m) e n) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- Proponho que:-----

--- tendo em conta a faculdade prevista no n.º 1 do artigo 23.º e do n.º 2 do artigo 25.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Azambuja e as competências previstas nas alíneas ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e k) do n.º 2 do artigo 25.º, ambas da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberar aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a declaração de interesse público municipal para a instalação de Central Solar Fotovoltaica “-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 77/P/2020 foi aprovada com quatro votos a favor (PS) e três votos contra (CDU e PSD- Voto Vencido).-----

---6. Proposta Nº78/P/2020 - Reconhecimento de Interesse Público— CSRTB Unipessoal, Lda. e Aura Power Rio Maior, S.A-----

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando que:-----

--- A invocação do n.º 1 do artigo 23.º e do n.º 2 do artigo 25.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Azambuja (PDMA) – “construção de instalações de (...) reconhecido interesse público” – com vista à instalação de duas Centrais Solares Fotovoltaicas, uma subestação para cada, um posto de corte comum e implantação de Linha de Muito Alta Tensão, apresentado por CSRTB Unipessoal, Lda. e Aura Power Rio Maior, S.A., a que se refere o Pedido de Informação Prévia (PIP) com o n.º 20/20;-----

--- Que as Requerentes pretendem instalar duas Centrais Solares Fotovoltaicas, uma subestação para cada, um posto de corte comum numa área de intervenção com 775 ha e Linha de Muito Alta Tensão;-----

--- Que as Centrais implicarão um investimento total de cerca de 170 milhões de euros e a criação de 1.000 postos de trabalho na fase de construção e de 10 postos de trabalho permanentes na fase de exploração;-----

--- O contributo para a redução do défice energético nos anos de seca;-----

--- Que a concretização das Centrais contribuirá anualmente para a não emissão de CO₂;-----

--- Que no conjunto dos países europeus, Portugal tem características que o tornam especialmente apropriado em acolher uma exploração deste tipo de energia, uma vez que apresenta índices de radiação solar dos mais elevados de entre todos os países;-----

--- O conteúdo da informação técnica n.º 19/PN/DPU/2020 (fls. 100 a 107) em anexo;-----

--- Que o n.º 1 do artigo 23.º e do n.º 2 do artigo 25.º, do Regulamento do PDMA, admite a “construção de instalações (...) de reconhecido interesse público” em propriedades contidas na classe de espaço florestal e espaço agrícola não integrado na Reserva Agrícola Nacional;-----

--- As atribuições do Município nos domínios da promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território e urbanismo, previstas nas alíneas m) e n) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-

--- Proponho que:-----

tendo em conta a faculdade prevista no n.º 1 do artigo 23.º e do n.º 2 do artigo 25.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Azambuja e as competências previstas nas alíneas ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e k) do n.º 2 do artigo 25.º, ambas da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberar aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a declaração de interesse público municipal para a instalação

de duas Centrais Solares Fotovoltaicas, uma subestação para cada, um posto de corte comum e Linha de Muito Alta Tensão.” -----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 78/P/2020 foi aprovada com quatro votos a favor (PS) e três votos contra (CDU e PSD- Voto Vencido).-----

---7. Proposta 79/P/2020 - Reconhecimento de Interesse Público Luís Rebelo Machado -----

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando que: -----

--- A utilização de armazenagem fixada no alvará de utilização n.º 25/2009, de 2 de fevereiro, para a fração C do edifício construído no prédio localizado em Sítio dos Poços, na freguesia de Aveiras de Cima, descrito na Conservatória do Registo Predial de Azambuja sob o n.º 2050-C e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 4154, ambos da freguesia de Aveiras de Cima;-----

--- A pretensão apresentada pelo Requerente - Luís Rebelo Machado - com vista à instalação de um estabelecimento industrial para fabricação de artigos têxteis confeccionados, exceto vestuário, nomeadamente fabrico de máscaras cirúrgicas, com a CAE 13920, na fração C deste edifício;-----

--- Que o prédio acima identificado se encontra classificado como espaço agrícola não integrado na Reserva Agrícola Nacional, encontrando-se o regime de uso disciplinado no artigo 23.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Azambuja (PDMA) o qual não prevê a utilização pretendida pelo Requerente para a fração C;-----

--- O teor do requerimento apresentado pelo Requerente a fls. 2 e 14 a 20 do P. n.º 69/20-DIV, invocando para a concretização da requerida alteração de utilização o n.º 1 do artigo 23.º do PDMA que prevê a “construção de instalações de (...) reconhecido interesse público” – Anexo 1;-----

--- O conteúdo da informação técnica n.º 213/VH/DU/2020, constante de fls. 40 e 40 verso do P. n.º 69/20-DIV – Anexo 2;-----

--- As atribuições do Município nos domínios da promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território e urbanismo, previstas nas alíneas m) e n) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- Proponho que: -----

--- A Câmara Municipal delibere, tendo em conta a faculdade prevista no n.º 1 do artigo 23.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Azambuja e ao abrigo das competências previstas nas alíneas ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e k) do n.º 2 do artigo 25.º, ambas do Anexo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal o reconhecimento de interesse público municipal para a concretização da operação urbanística, relativa à alteração da utilização da fração C do prédio acima identificado, com vista à instalação de um estabelecimento industrial para fabricação de artigos têxteis confeccionados, exceto vestuário, nomeadamente fabrico de máscaras cirúrgicas com a CAE 13920, objeto do processo n.º 69/20-DIV em nome de Luís Rebelo Machado”-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 79/P/2020 foi aprovada por unanimidade.-----

--- 8. Proposta 25/V-SL/2020 - Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios de Fins Específicos AMO +-----

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando que: -----

--- por deliberação da Assembleia Municipal de 30 de julho de 2009, foi aprovada a adesão do Município de Azambuja à COMUNIDADE URBANA DO OESTE, cuja denominação foi alterada para ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS AMO MAIS (AMO+) em 2010;-----

--- as atribuições definidas nos Estatutos da AMO+, atualmente em vigor, não estão conforme às alterações decorrentes do novo quadro legal;-----

--- existe a necessidade de integrar as atribuições no âmbito dos resíduos sólidos urbanos, da economia circular, da mobilidade, da eficiência e da valorização dos recursos, descarbonização e no combate às condições climáticas;-----

--- por força destes aspetos, se concluiu pela necessidade de proceder à revisão global dos estatutos, nos termos e com fundamentos melhor explicitados no quadro comparativo que se anexa;-----

--- a referida proposta de alteração estatutária foi objeto de deliberação na Assembleia Intermunicipal da Associação de Fins Específicos — Amo Mais, de 24 de abril de 2019;-----

--- é competência da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 108.º e no n.º 3 do artigo 109.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar os estatutos e repetitivas alterações das associações de autarquias locais de fins específicos;-----



--- nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta.

--- Propõe-se, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 12-A/P/2017 do Senhor Presidente, que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das competências supramencionadas, propor à Assembleia Municipal a aprovação da proposta de alteração dos Estatutos da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS AMO MAIS."

--- Uma vez posta a votação a Proposta 25/V-SL/2020 foi aprovada por unanimidade.

--- 13 – INFORMAÇÕES

--- 13.1 – Departamento Administrativo e Financeiro – Divisão Financeira

--- 13.1.1-Contabilidade:

--- Resumo da Execução Orçamental – Período de 1/1/ 2020 a 14/9/2020.

--- Mapa de Fundos Disponíveis.

--- INF. 16/P/2020 - Modificação ao Orçamento.

--- A Câmara tomou conhecimento.

--- 13.1.2- Aprovisionamento, Período de 1 a 14/9/2020.

--- Ajudicâncias de Bens e Serviços ao abrigo da Proposta 97/P/2019

--- Ajudicâncias de Bens e Serviços de valor ≥ 25.000 euros

--- A Câmara tomou conhecimento.

--- Para conhecimento geral se publica este Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

Azambuja 24 de setembro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Azambuja

Luís Manuel Abreu de Sousa